

SPOA/SE/MINC

Contratação de serviços de condução e locação de veículos 31/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2025	420001-SPOA/SE/MINC	RODRIGO DE ANDRADE MENDES	16/03/2026 17:10 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		01400.033605/2025-01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

Contratação de **serviços continuados de condução de veículos executivos e locação de veículos com e sem motorista**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências deste Termo de Referência.

1.2. Especificações do Objeto

**I - GRUPO ÚNICO (Submetido à Disputa de Lances no Pregão Eletrônico)** *(Os itens abaixo compõem o valor de referência para a disputa de preços de menor valor global entre as licitantes)*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNIT. REF. (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
1	Motorista Executivo (dedicação exclusiva, 08h-18h)	Posto	2	R\$ 9.386,19	R\$ 225.268,56
2	Locação de SUV com motorista (24h, escala 12x36, dedicação exclusiva)	Unidade	2	R\$ 43.564,00	R\$ 1.045.536,00
3	Locação de Van furgão (sem motorista, sob demanda)	Diária	360	R\$ 200,95	R\$ 72.342,00
SUBTOTAL DA DISPUTA (Teto Máximo para Lances):					R\$ 1.343.146,56

**II - RUBRICA ESTIMATIVA (Não submetida à disputa de lances - Valor Fixo)** *(O item abaixo possui valor inegociável, não sofre descontos no pregão e destina-se apenas a empenho estimativo e ressarcimento de custos variáveis)*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR ESTIMATIVO (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
4	Provisão para Ressarcimento de Despesas de Viagens (Alimentação, Hospedagem e Pedágios conforme CCT vigente)	Verba	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (Soma I + II): R\$ 1.373.146,56 um milhão, trezentos e setenta e três mil, cento e quarenta e seis e cinquenta e seis centavos).

1.2.1. Item 1 - Serviços de Motorista Executivo (Dedicação Exclusiva - DEMO):

**1.2.1.1. Perfil:** Profissional com CNH categorias "B" e "D", Ensino Médio Completo, cursos de Primeiros Socorros e Direção Defensiva.

**1.2.1.2. Experiência:** Mínimo de 12 (doze) meses comprovados na CTPS (CBO 7823-05).

**1.2.1.1. Escala e Atribuições:** Atendimento a autoridades em escalas diurnas ou 12x36 (24 horas), incluindo preenchimento de diários de bordo, vistorias diárias da frota e uso de traje social/uniforme.

**1.2.2. Item 2 - Locação de Veículos Executivos (Tipo SUV):**

**1.2.2.1. Idade da Frota:** Fabricação/Modelo com tempo máximo de uso de **01 (um) ano**.

**1.2.2.2. Motorização e Performance:** Potência mínima total de 200 CV (gasolina/etanol).

**1.2.2.3. Dimensões Mínimas:** Distância entre eixos de 2.600 mm e vão livre do solo de 160 mm.

**1.2.2.4. Características e Conforto:** 04 (quatro) portas; capacidade para 05 (cinco) lugares; cor preta; direção hidráulica/elétrica; câmbio automático; ar-condicionado de fábrica; vidros e travas elétricas; rádio AM/FM; e luz de leitura traseira.

**1.2.2.5. Segurança:** Freios ABS; *Airbag* duplo frontal; película de controle solar; alarme com acionamento à distância; protetor de cárter; cintos de três pontos; extintor ABC; e kit de sinalização (giroflex).

**1.2.2.6. Condições Comerciais:** Seguro total sem franquia, quilometragem livre e manutenções inclusas.

**1.2.3. Item 3 - Locação de Veículo Utilitário (Tipo Van/Furgão para Carga):**

**1.2.3.1. Idade da Frota:** tempo máximo de uso de **05 (cinco) anos**.

**1.2.3.2. Motorização e Capacidade:** Motor a diesel (4 cilindros); potência mínima de 120 CV; carga útil mínima de 1.300 kg; e Peso Bruto Total (PBT) mínimo de 3.500 kg.

**1.2.3.3. Dimensões:** Distância mínima entre eixos de 2.800 mm; largura mínima de 2,20m e comprimento máximo de 7,20m.

**1.2.3.4. Características e Conforto:** Cabine simples, sem motorista, direção hidráulica, ar-condicionado e rádio AM/FM.

**1.2.3.5. Segurança:** Desembaçador de para-brisas; alarmes (antifurto, marcha à ré, faróis acesos e chave na ignição); e cintos de segurança (laterais de 3 pontos e central de 2 pontos).

**1.2.3.6. Condições Comerciais:** Seguro total sem franquia e manutenções inclusas (combustível a cargo do MinC).

**1.3.1. Justificativa para a Provisão para Ressarcimento:** A segregação do Item 4 atende ao princípio do julgamento objetivo (art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021) e ao Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017. Trata-se de despesa imprevisível (eventuais viagens de autoridades) cujos valores de repasse aos motoristas são impostos pela Cláusula Sexta do Termo Aditivo da CCT SITTRATER/DF 2025/2025 (R\$ 350,00 para alimentação e R\$ 400,00 adicionais para pernoite). A transferência desse risco incerto para a Planilha de Custos da contratada geraria sobrepreço ou inexecutabilidade. Desta forma, o montante de R\$ 30.000,00 fica bloqueado para lances no certame, sendo executado de forma estritamente indenizatória, exigindo comprovação de gastos e sem incidência de Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL).

**1.5. Estimativas de Consumo – Órgão Gerenciador e Participantes**

Órgão Gerenciador: Ministério da Cultura – MinC. Não há órgãos participantes.

**1.5. Classificação do Objeto**

O objeto é classificado como **serviço comum**, conforme ETP nº 76/2025.

**1.6. Classificação quanto ao Modelo de Execução**

O serviço é enquadrado como **continuado**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa à Administração.

**1.7.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, **prorrogável sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.8. Forma de Execução e Local**

Os serviços serão executados **no âmbito do Ministério da Cultura – MinC**, em Brasília/DF e localidades de deslocamento, conforme programação definida pela Administração.

**1.9. Obrigações Acessórias Relacionadas à Execução**

*O contratado deverá disponibilizar os motoristas e veículos conforme o cronograma operacional, observando requisitos de segurança, pontualidade e conservação dos veículos, devendo apresentar relatórios mensais de execução.*

**1.10. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO:** Documento de ACESSO PÚBLICO, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)

### 1.11. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO:

1.11.1. Vedação a Cooperativas: Em estrita observância à Súmula nº 281 do TCU e ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021, é vedada a participação de sociedades cooperativas, uma vez que o objeto exige prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), havendo necessidade imperiosa de subordinação jurídica, controle de jornada ininterrupta e pessoalidade, características estas incompatíveis com o regime de cooperativismo.

1.11.2. Vedação a Consórcios: Com fulcro no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, é vedada a participação de empresas reunidas em consórcio. A união de empresas para o presente escopo não se justifica, pois o objeto não apresenta vulto financeiro excessivo ou complexidade técnica incompatível com a capacidade isolada das empresas do setor, e a admissão de consórcios ensejaria risco adicional à fiscalização e à apuração de responsabilidades trabalhistas pelo Ministério da Cultura."

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSID

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 1264142000129-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: **28/01/2026**;

III) Id do item no PCA: **Transporte**;

IV) Classe/Grupo: **Serviços de transporte**;

V) Identificador da Futura Contratação: **não consta**.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no **Estudo Técnico Preliminar**, que constitui apêndice deste Termo de Referência, considerando o ciclo de vida da contratação.

3.2. A solução envolve a **prestação de serviços de condução e locação de veículos com motorista**, com dedicação exclusiva das equipes indicadas, visando:

3.2.1. assegurar a disponibilidade permanente de transporte para autoridades;

3.2.2. garantir cobertura operacional 24 horas para as SUVs;

3.2.3. e permitir o atendimento eventual de demandas logísticas mediante locação de van tipo furgão.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Certifica-se que a presente contratação e as especificações técnicas delineadas neste Termo de Referência encontram-se rigorosamente alinhadas com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Cultura, bem como em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União (AGU);

4.1.2. Exigência de descarte ambientalmente adequado de pneus e óleos utilizados pela contratada; e

4.1.3. Priorização de veículos flex ou híbridos, observada a viabilidade econômica.

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A vedação justifica-se por se tratar de serviço continuado com regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), amparando-se no Decreto nº 12.174/2024, art. 2º, inciso IV, e no art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

### **Garantia da Contratação**

4.3. Será exigida a garantia de execução contratual de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, válida durante a execução e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o contratado optar por seguro-garantia, fiança bancária, caução em dinheiro ou título de capitalização, em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. a hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.20. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da assinatura do contrato, conforme previsto no cronograma físico-financeiro do ETP nº 76/2025.

**5.1.2.** Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, procedimentos e frequência: A execução observará rigorosamente as rotinas operacionais, de manutenção e de vistorias descritas no Item 1 deste Termo de Referência. É assegurado aos motoristas alocados o gozo do intervalo intrajornada mínimo de 1 (uma) hora para repouso e alimentação, bem como a estrita observância do intervalo interjornada mínimo de 11 (onze) horas consecutivas entre duas jornadas de trabalho, conforme os arts. 71 e 66 da CLT.

**5.1.3.** Cronograma de realização dos serviços: O cronograma de execução seguirá o planejamento anual do contrato, em regime de continuidade, conforme o ETP e a planilha de dimensionamento da demanda.

**5.1.4.** Etapa de mobilização e início operacional:

**a)** Mobilização de pessoal e veículos: até o 10º dia após assinatura do contrato;

**b)** Início da execução: a partir do 11º dia, mediante termo de início emitido pela Administração.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.2.** Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Ministério da Cultura – Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, e em deslocamentos a serviço em território nacional.

**5.3.** Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

**5.3.1.** Postos fixos de motoristas: das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira;

**5.3.2.** Postos de SUV com motorista: escala 12x36, abrangendo 24 horas;

**5.3.3.** Serviços eventuais (van): conforme demanda formalizada;

**5.3.4.** A execução contratual observará as rotinas estabelecidas no plano de fiscalização e acompanhamento, a ser aprovado pela Administração antes do início da execução.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.4.** Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os seguintes materiais, equipamentos e utensílios, nas quantidades e qualidades adequadas:

**5.4.1.** Veículos rigorosamente enquadrados nas especificações técnicas e limites de idade definidos no Item 1.2 deste Termo de Referência, equipados com sistema de rastreamento;

**5.4.2.** Uniformes completos e crachás de identificação para todos os motoristas;

**5.4.3.** Kit de primeiros socorros, estepe e acessórios de segurança obrigatórios por veículo.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.5.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**5.5.1.** Utilização média mensal de 02 (dois) veículos executivos tipo SUV com motoristas em escala 12x36;

**5.5.2.** Utilização de 02 (dois) motoristas executivos em horário comercial (Dedicação Exclusiva);

**5.5.3.** Utilização eventual de 01 (uma) van tipo furgão, sob demanda, para transporte de equipes ou materiais.

#### **Especificação da garantia do serviço**

**5.6.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se à execução de obrigações e eventuais reparos decorrentes de falhas de prestação.

#### **Uniformes**

**5.7.** Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

**5.7.1.** O uniforme deverá compreender as seguintes peças: camisa social (manga curta e longa), calça social, colete refletivo (para condução noturna) e sapato preto fechado. Cada motorista receberá 02 (dois) conjuntos completos no início do contrato, com substituição semestral ou sempre que houver desgaste.

**5.7.2.** As peças devem ser confeccionadas com material resistente e de fácil higienização.

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.7.4. A entrega deverá ser registrada mediante recibo, cuja cópia será encaminhada à fiscalização do contrato.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1. Comunicação formal da desmobilização com antecedência mínima de 30 dias;

5.8.2. Substituição gradual de motoristas e recolhimento de veículos até a data final de vigência;

5.8.3. Apresentação de relatório final de execução e comprovação de quitação trabalhista.

### **Reserva de Vagas (Decreto nº 11.430/2023 e Decreto nº 12.516/2025)**

5.9. Considerando que se trata de contrato com número inferior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, a previsão do percentual para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica será de 5% (cinco por cento). As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para mulheres pretas e pardas, na proporção de 57% (cinquenta e sete por cento), segundo o último censo do IBGE para o Distrito Federal. A Contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo a cada nova contratação, mantendo sigilo absoluto sobre a condição da profissional alocada.

### **Insalubridade e Periculosidade**

5.10. A Administração certifica preliminarmente que as atividades objeto deste contrato não ensejam o pagamento de adicionais de insalubridade ou periculosidade (NR-15 e NR-16 do MTE). Contudo, é responsabilidade exclusiva da Contratada a elaboração e atualização dos laudos ambientais e ocupacionais (LTCAT, PCMSO e PGR). Caso seja constatada por laudo técnico a existência de condição adversa, a Contratada assumirá o respectivo ônus financeiro, não cabendo repasse ou reequilíbrio em desfavor do Ministério da Cultura.

### **Sigilo, Confidencialidade e LGPD**

5.11. Considerando que os motoristas alocados atuarão no transporte de altas autoridades do Ministério da Cultura, a Contratada e seus empregados deverão guardar o mais absoluto sigilo sobre quaisquer fatos, conversas, agendas, itinerários ou documentos a que tenham acesso durante a execução dos serviços. A Contratada obriga-se a assinar Termo de Confidencialidade e a cumprir integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), sendo expressamente vedado o uso de aparelhos celulares para gravação de áudio, vídeo ou fotografias no interior dos veículos oficiais sem prévia autorização.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, **preferencialmente via SEI/e-mail institucional indicado na reunião inicial de fiscalização.**

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, **incluindo:**

(a) **definição dos canais oficiais de comunicação (SEI e e-mails institucionais);**

(b) **apresentação do sistema de ponto eletrônico a ser utilizado e forma de disponibilização dos registros à fiscalização;**

(c) **apresentação da escala de trabalho e revezamento para os serviços de 24 (vinte e quatro) horas vinculados aos veículos SUV destinados à Ministra e ao Secretário-Executivo; e**

(d) **confirmação do cronograma de entrega dos relatórios de fiscalização técnica e administrativa.**

## Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado, **atuando como interlocutor principal junto ao Contratante para questões técnicas, legais e administrativas, com autoridade para decidir e providenciar as medidas necessárias à regular execução, nos termos do ETP.**

6.7. O Contratado **deverá** manter preposto da empresa **disponível quando convocado pela fiscalização e disponibilidade remota imediata durante o horário comercial; para as frentes de serviço 24 (vinte e quatro) horas, o preposto deverá assegurar ponto focal de sobreaviso para acionamento a qualquer tempo.**

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, **cabendo-lhe, especificamente, verificar o cumprimento da escala de revezamento dos motoristas dos veículos SUV (24h) e a observância das jornadas sem extrapolação indevida.**

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**Parágrafo único.** No tocante ao controle de frequência, a ausência de registros de ponto eletrônico ou inconsistências reiteradas ensejarão notificação específica, podendo fundamentar glosa proporcional.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do **contrato**, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. **validação mensal da escala de trabalho dos motoristas (postos com dedicação exclusiva e frentes 24h), confrontando-a com os registros do ponto eletrônico;**

6.16.2. **verificação do atendimento às condições da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 adotada como paradigma de composição de custos (salário-base e adicionais previstos); e**

6.16.3. **checagem da disponibilidade e das condições dos veículos locados (seguro total, manutenção, pedágios, estacionamentos e combustível fora do Distrito Federal arcados pela contratada), conforme solução técnica adotada no ETP.**

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto nº 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.



- 6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 6.28.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
- 6.28.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
- 6.28.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
- 6.28.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.
- 6.30.2.1. A compensação de jornada não poderá comprometer o revezamento 24 (vinte e quatro) horas dos motoristas vinculados aos veículos SUV; o fiscal setorial ou técnico validará previamente a compatibilidade entre a compensação e a escala mínima.
- 6.30.3. **Ressarcimento de Despesas de Viagens** Nos casos de deslocamentos de motoristas para fora do Distrito Federal, a Administração solicitará a viagem formalmente. A Contratada será responsável por adiantar ao seu empregado os valores fixados na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente para cobertura de alimentação e hospedagem, além de arcar inicialmente com custos de pedágios e estacionamento. O Ministério da Cultura efetuará o ressarcimento do valor exato, limitado aos tetos da CCT e da norma federal de diárias, na fatura mensal subsequente, mediante apresentação de prestação de contas (recibos e notas fiscais). Sobre o valor deste ressarcimento não incidirão rubricas de Lucro, Custos Indiretos ou Tributos (CITL).

## Fiscalização Administrativa

- 6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, **incluindo a conferência do espelho do ponto eletrônico e a coerência entre jornada registrada e escala homologada.**
- 6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas dispostas no IMR.
- 6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

item suprimido.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato, **incluindo a verificação do ponto eletrônico e a compatibilidade com a escala homologada.**

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas hipóteses de:

6.57.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores.

6.58. As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025, **garantindo a manutenção da cobertura dos postos 24 (vinte e quatro) horas.**

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado, **assegurando substituição em revezamento dos motoristas vinculados aos veículos SUV, de modo a não haver descontinuidade do serviço.**

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

**6.65.** A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

**6.65.1.** até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

**6.65.2.** em até 5 (cinco) dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**6.66.** O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

**6.67.** Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

## **Gestor do Contrato**

**6.68.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.68.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**6.68.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

**6.68.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

**6.68.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**6.68.4-A. validar trimestralmente a coerência entre a escala de trabalho, os registros de ponto eletrônico e os indicadores de desempenho, assegurando a conformidade entre jornada, custo e desempenho contratual;**

**6.68.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

**6.68.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

**6.68.7.** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço;

**6.68.8.** receber e dar encaminhamento imediato:

**6.68.8.1.** às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

**6.68.8.2.** à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

**6.69.** Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024), **resguardada a manutenção da cobertura ininterrupta dos veículos SUV destinados às autoridades, mediante revezamento adequado dos motoristas.**

## 7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Índice de Medição de Resultados (IMR), disposto no Anexo I deste Termo de Referência.

**item suprimido.**

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**7.5.1 conformidade entre a escala de trabalho homologada e os registros do ponto eletrônico, sem extrapolação indevida de jornada e com cobertura integral dos postos, inclusive os de 24 (vinte e quatro) horas;**

**7.5.2 disponibilidade dos veículos e dos motoristas nos prazos de acionamento definidos, inclusive sobreaviso para as frentes de 24 (vinte e quatro) horas; e**

**7.5.3 ausência de ocorrências impeditivas de prestação (por exemplo, ausência injustificada, não substituição em férias/licenças, veículo indisponível), sujeita à glosa proporcional.**

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (**cinco**) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.1. O recebimento provisório ocorrerá mediante verificação da efetiva prestação dos serviços contratados no período de referência, incluindo a disponibilidade dos profissionais, cumprimento de jornada, e apresentação da documentação comprobatória exigida para fins de medição e pagamento.

**Itens suprimidos.**

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal de competência, do primeiro ao último dia de cada mês.**

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.16.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.17.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.18.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.19.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.19.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.19.1.1.** Custos Variáveis e Vale-Transporte: Em estrita observância ao art. 63 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 e à Lista de Verificação da AGU, é vedado fixar no contrato quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis. Fica a Contratada com a responsabilidade exclusiva de prover o quantitativo de Vale-Transporte e Vale-Alimentação que for efetivamente necessário para os dias úteis laborados pelos motoristas, assumindo o ônus por eventuais faltas, atestados ou substituição

**7.19.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.19.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.19.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.19.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.20.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.21.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.22.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

**7.23.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.24.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**7.25.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.26.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**7.27.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.28.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**7.28.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**7.28.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.29.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.30.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.31.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.32.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

**7.33.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.34.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-E** de correção monetária.

### Forma de pagamento

**7.35.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**7.36.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.37.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.37.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.38.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Itens suprimidos.**

## **Reoneração gradual da folha de pagamento**

**7.48.** A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

**7.48.1.** O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

**7.48.2.** A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

## **Repactuação**

**7.49.** Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

**7.50.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

**7.50.1.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

**7.50.2.** Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

**7.51.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

**7.51.1.** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

**7.52.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

**7.53.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

**7.54.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**7.55.** Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de

obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**7.56.** Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**7.56.1.** A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**7.56.2.** Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

**7.56.3.** A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

**7.56.4.** A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

**7.56.5.** Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

**7.56.6.** A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

**7.57.** Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado (exclusivamente para a parcela referente à **locação dos veículos SUV e Furgões, seguros e manutenção**), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA/IBGE**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

**7.58.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**7.59.** Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

**7.60.** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**7.61.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

**7.62.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

**7.63.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**7.64.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

**7.65.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**7.66.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

**7.67.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**7.68.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

**7.69.** O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta)** dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

**7.70.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

**7.71.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

**7.72.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.73.** O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

**7.74.** Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de



recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

**7.75.** A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

**7.75.1.** A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

**7.76.** Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos pelo prazo de 12 (doze) meses. Após este período, admitir-se-á o reajuste dos custos de locação (insumos) pela variação do IPCA/IBGE, e a repactuação dos custos de mão de obra vinculados estritamente à alteração da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Itens suprimidos.

## **Conta-Depósito Vinculada**

**7.87.** A adoção da Conta-Depósito Vinculada justifica-se como o mecanismo de controle interno de melhor relação custo-benefício para a Administração. Por resguardar os provisionamentos de férias, 13º e rescisão, mitiga frontalmente o risco de responsabilização subsidiária da União por passivos trabalhistas. Ademais, por estar abrigada em Acordo de Cooperação Técnica com instituições financeiras oficiais, o seu manuseio é isento de tarifas bancárias, não gerando custos indiretos adicionais à contratação.

**7.90.** O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**7.91.** Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

**7.92.** O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**7.93.** O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

**7.93.1.** 13º (décimo terceiro) salário;

**7.93.2.** Férias e um terço constitucional de férias;

**7.93.3.** Multa sobre o FGTS; e

**7.93.4.** Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

**7.94.** Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**7.95.** O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

**7.96.** Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

**7.97.** O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

**7.98.** Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

**7.99.** A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

**7.100.** O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**7.101.** O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

itens suripmidos.

7.102. Em estrita observância ao art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, é terminantemente vedado à Administração Pública ou aos seus agentes praticarem atos de ingerência na administração ou na gestão interna da Contratada. Incluem-se nesta vedação o exercício de poder de mando sobre os trabalhadores terceirizados, o direcionamento ou indicação de pessoas para contratação, bem como a fixação arbitrária de benefícios ou salários que não estejam expressamente previstos e amparados pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

7.103. Durante toda a vigência do contrato, é expressamente vedado à Contratada manter, prestando serviços ou laborando na execução deste objeto, empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante (Ministério da Cultura) ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na gestão e fiscalização do contrato, sob pena de rescisão contratual motivada e aplicação de sanções administrativas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**8.2.1** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.2** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.3** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**8.2.4** Multa:

**8.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, **0,30% (zero vírgula três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias.

**8.2.4.2.** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

**8.2.4.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**8.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

**8.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

**8.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

**8.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

**8.2.4.7.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

**8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**8.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**8.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**8.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**8.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECED

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de Seleção e Regime de Execução

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

**9.2.** O regime de execução do objeto será de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** (fornecimento e prestação de serviço associado).

### Critérios de Aceitabilidade de Preços

**9.3.** O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, não se admitindo propostas com valores superiores ao limite orçado.

**9.4.** O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha de custos e formação de preços detalhada para efeito de avaliação de exequibilidade.

**9.5.** Por se tratar de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos, remunerações que reflitam à exatidão os pisos fixados no Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 (MTE nº DF000176/2025, data-base 01/01/2025), celebrada entre o SITTRATER/DF e o SEAC/DF, a saber:

**a)** Salário-base do Motorista Executivo e adicionais previstos, no valor mínimo de R\$ 3.532,00 (três mil, quinhentos e trinta e dois reais);

**b)** Auxílio-alimentação diário, no valor de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais); e **c)** Todos os benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral (assistência médica, odontológica e funeral), conforme detalhado no ETP. **9.5.1.** Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva apresentada pelo licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos.

#### **Exigências de Habilitação**

**9.6.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos jurídicos, fiscais, econômico-financeiros e técnicos:

##### **Habilitação Jurídica**

**9.7.** Pessoa jurídica de direito privado: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. As empresas estrangeiras deverão apresentar portaria de autorização de funcionamento no Brasil, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020.

**9.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**9.9.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

**9.10.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Receita Federal do Brasil e Dívida Ativa da União), inclusive contribuições sociais.

**9.11.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**9.12.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**9.13.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Distrito Federal ou do Município relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.

**9.14.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

##### **Qualificação Econômico-Financeira**

**9.15.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

**9.16.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, cumulativamente, os seguintes indicadores:

**9.16.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

**9.16.2.** Por se tratar de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, é obrigatória a comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento)** do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses.

**9.16.3.** Patrimônio Líquido de, no mínimo, **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses.

**9.17.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**9.18.** Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos (1/12) dos contratos firmados vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido. Esta declaração deve ser acompanhada da DRE do último exercício social.

**9.19.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

##### **Qualificação Técnico-Operacional**

**9.20.** Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (ou declaração equivalente assinada pelo responsável técnico).

**9.21.** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.22.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão referir-se a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.22.1.** Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **02 (dois) anos** do fornecedor na prestação de serviços de transporte e locação de veículos com motorista, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

**9.22.2.** Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho ora contratados, ou seja, a gestão ininterrupta de, no mínimo, **05 (cinco) motoristas** terceirizados.

**9.22.3.** Manutenção de escala de revezamento 24 (vinte e quatro) horas, quando aplicável, e atendimento a acionamentos em prazo compatível com a natureza do serviço.

**9.23.** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

**9.24.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato, endereços e comprovantes de execução.

#### **Disposições Gerais sobre Habilitação**

**9.25.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes traduzidos por tradutor juramentado e apostilados.

**9.26.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos (ex: comprovação de recolhimento centralizado de FGTS ou INSS entre matriz e filial). Se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto atestados de capacidade técnica e certidões emitidas exclusivamente para a matriz.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 1.343.156,56 (um milhão, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos **na tabela contida no item 1 deste Termo de Referência**.

**10.2.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**11.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: **42000 - Ministério da Cultura**

II) Fonte de recursos: **100**;

III) Programa de trabalho: 01264142000129-0-000001/2026;

IV) PTRES: 226106; e

V) Natureza da Despesa: **33.90.39**.

**11.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

# 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas**, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas, conforme o §3º do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. Este Termo de Referência foi elaborado com base no **modelo oficial da Advocacia-Geral da União (AGU)**, adaptado ao objeto de contratação do Ministério da Cultura, respeitando as normas da **Lei nº 14.133/2021**, da **IN SEGES/ME nº 05/2017**, e da **IN SEGES/ME nº 98/2022**, bem como os princípios da legalidade, eficiência, publicidade e economicidade.
- 12.3. A fiscalização e gestão do contrato observarão o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos aplicáveis.
- 12.4. Os casos omissos serão dirimidos pela área de Contratos e pela Assessoria Jurídica do Ministério da Cultura.
- 12.5. A contratada deverá manter-se em conformidade com as obrigações legais e regulamentares durante toda a vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

# 13. ANEXO I - IMR

## ANEXO I

### ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) E ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO

O pagamento mensal será efetuado com base na avaliação da qualidade e na efetiva prestação dos serviços, sendo as glosas aplicadas diretamente sobre a fatura mensal, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em caso de reincidência.

#### INDICADOR 1: DISPONIBILIDADE E ASSIDUIDADE DA MÃO DE OBRA (MOTORISTAS DEMO)

**Finalidade:** Garantir que os postos de trabalho (horário comercial e escala 24h) estejam 100% cobertos, sem descontinuidade no atendimento às autoridades. **Meta a cumprir:** 100% de cobertura da escala de trabalho homologada. **Instrução de Medição:** Verificação dos espelhos do Ponto Eletrônico e relatórios de assiduidade diária. **Mecanismo de Cálculo e Glosa:** \* Atrasos superiores a 15 (quinze) minutos ou saídas antecipadas não compensadas: **Desconto proporcional às horas não trabalhadas** sobre o valor mensal do posto, somado ao desconto proporcional do Vale-Alimentação e Vale-Transporte do dia.

- Falta do motorista sem a devida substituição no prazo máximo de 02 (duas) horas: **Glosa de 100% do valor diário do posto**, desconto dos auxílios (VA/VT) daquele dia, e **penalidade adicional de 2%** sobre o valor mensal do posto por cada dia de ausência de cobertura.

#### INDICADOR 2: DISPONIBILIDADE DA FROTA (SUVs E FURGÃO)

**Finalidade:** Garantir que os veículos locados estejam à disposição do Ministério da Cultura em perfeitas condições de uso, segurança e manutenção. **Meta a cumprir:** 100% de disponibilidade dos veículos contratados. **Instrução de Medição:** Relatório do Fiscal e diários de bordo dos veículos. **Início da Vigência do Atraso:** A partir do acionamento formal (via SEI, e-mail ou telefone) comunicando avaria, quebra, acidente ou recolhimento para manutenção preventiva. **Mecanismo de Cálculo e Glosa (Tempo de Substituição):**

- A Contratada tem o prazo máximo de **04 (quatro) horas** para disponibilizar um "veículo reserva" com características idênticas ou superiores ao titular.
- Se o veículo reserva não for disponibilizado em até 04 (quatro) horas: **Glosa proporcional correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor da locação mensal do veículo** por cada dia (ou fração de dia) em que o Ministério ficar sem o carro.
- Nota:* Para a Van/Furgão (locação eventual/diária), o não comparecimento no horário agendado resultará no não pagamento da diária respectiva, acrescido de glosa de 5% sobre o valor da fatura mensal.

#### INDICADOR 3: QUALIDADE, HIGIENE E DISCIPLINA

**Finalidade:** Garantir a excelência na apresentação pessoal dos motoristas e na conservação e limpeza dos veículos de representação. **Meta a cumprir:** Zero notificações formais por inadequação. **Instrução de Medição:** Registros de fiscalização, inspeções visuais surpresa e queixas formalizadas pelas autoridades ou utilizadores. **Critérios de Falha (Exemplos):** Motorista sem uniforme completo ou com asseio inadequado; veículo sujo (interior ou exterior); falta de abastecimento prévio que atrase a agenda; desrespeito às leis de trânsito (multas); comportamento inadequado, uso de telemóvel ao volante ou violação de sigilo. **Mecanismo de Cálculo e Glosa:**

- **1ª Ocorrência no mês (para o mesmo motorista/veículo):** Notificação de Advertência para correção imediata.
- **2ª Ocorrência no mês (Reincidência):** Glosa de 3% (**três por cento**) sobre o valor mensal do posto de trabalho do motorista infrator ou do veículo afetado.
- **3ª Ocorrência no mês:** Glosa de 5% (**cinco por cento**) sobre o valor mensal do posto e exigência de **substituição imediata e definitiva** do motorista ou do veículo.

**Observação Geral de Aplicação do IMR:** As glosas decorrentes do IMR (natureza remuneratória/redimensionamento de pagamento por serviço não prestado) não possuem natureza de sanção administrativa e podem ser aplicadas cumulativamente com as multas moratórias ou compensatórias previstas no Item 8 do Termo de Referência, garantido o direito ao contraditório prévio da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis antes do desconto na fatura.

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PEDRO IVO CLEMENTE**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:08:02.

**WESLEY DE SOUZA ALVES OLIVEIRA DO NASCIMENTO**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:44:54.

**CELIA REGINA LOPO DE ALENCAR**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:22:17.

Despacho: De acordo.

**GILVAN FERREIRA DE MENESES**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 17:10:31.

